

COESÃO SOCIAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

Organização: Sandro Serpa, Fernando Diogo, Ana Matias Diogo

Autores: Ana Cristina Palos, Ana Matias Diogo, Claude Martin, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Diogo, Francisco Sousa, Jorge Ávila de Lima, Margarida Serpa, Maria do Carmo Botelho, Nuno Nunes, Piedade Lalande, Rosário Mauritti, Sara Franco Silva

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Helena Serra e Fernando Bessa Ribeiro

Capa: António José Pedro

Revisão e Paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., Organizadores e Autores, 2024

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

www.edicoeshumus.pt

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro 2024

Depósito Legal: 541657/24

ISBN: 978-989-9213-69-2

Coleção Debater o Social – n.º 63

Os textos que compõem esta publicação
são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

Este projeto, com a referência M3.3.C/Edições/001/2024 – “Coesão social, cidadania e sustentabilidade”, recebeu financiamento da Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, através do Sistema de Incentivos PRO-SCIENTIA.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
SANDRO SERPA FERNANDO DIOGO ANA MATIAS DIOGO	
CAPÍTULO 1. CRISE E A CATÁSTROFE COMO POSSIBILIDADE NO “HABITÁCULO DURO COMO O AÇO”	11
FERNANDO BESSA RIBEIRO	
CAPÍTULO 2. UNDERSTANDING CHANGES IN WELFARE STATE REGIMES: SOME CONSIDERATIONS	31
CLAUDE MARTIN	
CAPÍTULO 3. DESIGUALDADES, CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E COESÃO SOCIAL: O CASO DOS AÇORES	51
ROSÁRIO MAURITTI SARA FRANCO SILVA MARIA DO CARMO BOTELHO NUNO NUNES	
CAPÍTULO 4. POBREZA E ESCOLARIDADE EM PORTUGAL, TENDÊNCIAS RECENTES	81
FERNANDO DIOGO	
CAPÍTULO 5. PARA BRINCAR OU PARA ESTUDAR? OS CENTROS DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES NA PERSPETIVA DOS PAIS	101
ANA MATIAS DIOGO ANA CRISTINA PALOS MARGARIDA SERPA FRANCISCO SOUSA JORGE ÁVILA DE LIMA	
CAPÍTULO 6. “FAÇO O QUE QUERO OU O QUE ME MANDAM FAZER?” PERSPETIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE OS CATL	117
ANA CRISTINA PALOS ANA MATIAS DIOGO MARGARIDA SERPA FRANCISCO SOUSA JORGE ÁVILA DE LIMA	
CAPÍTULO 7. O DIVÓRCIO NOS AÇORES – UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA	133
PIEADA LALANDA	
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORGANIZADORES	161

CAPÍTULO 3

DESIGUALDADES, CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E COESÃO SOCIAL: O CASO DOS AÇORES

ROSÁRIO MAURITTI | SARA FRANCO SILVA | MARIA DO CARMO BOTELHO | NUNO NUNES
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

INTRODUÇÃO

O presente texto propõe uma interpretação das configurações de coesão social na Região Autónoma dos Açores, a partir da caracterização das condições de vida e de participação social das populações nos seus diferentes territórios. A perspetiva desenvolvida é suportada numa conceção que põe em evidência mecanismos plurais e multidimensionais de desigualdade social, com as suas dinâmicas interativas e cumulativas (Costa, 2012). Desta forma, procura-se enfatizar sistemas de oportunidades e de constrangimentos que demarcam os contextos locais/municipais, relacionando-os com os níveis de coesão social observados no todo da região.

A perspetiva das desigualdades tem vindo a adquirir uma importância crescente nos estudos de caracterização das sociedades contemporâneas. Tais pesquisas assinalam o incremento dessas desigualdades sociais à escala global (Chancel *et al.*, 2022; Milanovic, 2016; Piketty, 2022), bem como os seus efeitos complexos no progresso económico e nas condições de bem-estar das populações de diferentes países, incluindo os que integram o espaço da União Europeia (British Council, 2021; Delhey & Dragolov, 2016). O estudo que aqui apresentamos, também posicionado na perspetiva das desigualdades sociais enquanto quadro interpretativo das configurações de coesão social que caracterizam os territórios, procura inovar através de uma abordagem analítica que compara as assimetrias no interior dos países, no presente caso, mais especificamente, entre Portugal Continental e a Região Autónoma dos Açores. No plano substantivo, utilizam-se dados estatísticos de base regional e municipal produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE (Anuários de Estatísticas Regionais; Estatísticas Anuais da População Residente; Estatísticas do Rendimento ao Nível Local; Censos), envolvendo um conjunto amplo de indicadores, numa análise que procura, simultaneamente, sublinhar dinâmicas sincrónicas e diacrónicas.

Pesquisas recentes, que se têm debruçado sobre o desenvolvimento comunitário e sustentável, a coesão social e a qualidade de vida das populações nos territórios, referem a importância de análises que têm em conta os contextos específicos que enformam as práticas e interações sociais quotidianas (Berger-Schmitt, 2000; Mauritti *et al.*, 2022). Estes estudos demonstram que o lugar em que se nasce ou reside, com os seus recursos e oportunidades específicas, produz impactos na forma como cada agente social se relaciona consigo mesmo e com os seus contextos de proximidade, e mobiliza energias para a participação na vida coletiva. Assim, viver no meio rural ou urbano, em regiões marcadas por dinâmicas económicas e sociais inovadoras ou, pelo contrário, em territórios que registam processos complexos de empobrecimento estrutural, pode determinar, de forma significativa, a maior ou menor oferta e qualidade de um conjunto muito diverso de serviços e recursos fundamentais nas vivências e nas apreciações de bem-estar das populações. Tal envolve, por exemplo, as condições de acesso a serviços de saúde, educação e cultura, habitação, segurança social entre outros afins (Mauritti *et al.*, 2020); mas também aspetos relacionados com as condições de mobilidade geográfica, com o ambiente local e as possibilidades de contacto social (Putnam, 2000) e de estabelecimento e participação em redes de cooperação e partilha (Botterman, Hooghe & Reeskens, 2012), entre outros fatores.

No presente estudo, a coesão social é entendida, de forma lata, como o conjunto de recursos e mecanismos materiais e culturais que, em cada contexto, configuram os sistemas de oportunidade e de constrangimento para o protagonismo e participação na vida social, conferindo consistência a perceções de identificação e de pertença ao coletivo. Como veremos adiante, em cada configuração territorial, as condições de vida das populações, bem como a sua capacidade de reação aos desafios colocados e de cooperação e partilha no todo social, são profundamente marcadas por desigualdades distributivas, de educação e de rendimento, que se interseitam, de forma sistémica e cumulativa, com assimetrias relacionadas com diferentes categorias sociais – por exemplo, a classe social, o género ou a idade (Mauritti *et al.*, 2016; Costa & Mauritti, 2018; Costa *et al.*, 2018) – ou, de forma mais simbólica mas igualmente eficaz nos seus efeitos, com desigualdades subjacentes a processos culturais ou a mecanismos cognitivos de identificação e estigmatização (Lamont *et al.*, 2014) ou de reconhecimento ou de rejeição (Bernard, 1999, cit. por British Council, 2021, p. 9).

Desta forma, a principal hipótese de pesquisa que exploramos é a de que as possibilidades oferecidas nas várias dimensões de caracterização das condições de vida das populações nos territórios, enquadradoras das práticas e orientações que aquelas preconizam, quer no presente, quer nas projeções que realizam face

ao futuro, estão na gênese das configurações de coesão social que definem esses territórios.

A análise realizada apresenta, assim, um instrumento, teórica e empiricamente informado, passível de ser proficuamente utilizado na identificação e monitorização de fenómenos sociais que norteiam as configurações de coesão dos territórios que compõem a Região Autónoma dos Açores, incluindo os seus modos de produção e de reprodução.

COESÃO SOCIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS

A ideia de que uma sociedade tem um determinado nível de “coesão” é antiga e tem vindo a ser compreendida a partir de um conjunto diverso de tradições disciplinares e correntes teóricas. O pouco consenso quanto ao que se pode definir como “coesão social” (British Council, 2021; Sage, 2013) é um dos resultados desta ancoragem multidisciplinar. Mas os desafios acerca desta temática emergem não apenas no que se refere à sua conceptualização, mas também quanto à monitorização da expressão real ou relacional da coesão social numa dada comunidade (Delhey & Dragolov, 2016).

Na sociologia, os debates acerca da coesão estão enraizados numa história longa de questões teóricas sobre *o quê* e *como* se constitui a ordem social na sociedade (Pires, 2012). As questões respeitantes à problemática da coesão social tendem a emergir a partir de momentos de mudança ou transição social, que geram questionamentos e sentimentos de incerteza acerca do modo como vivemos e como interagimos uns com os outros, especialmente quando tais interpelações põem em causa, precisamente, a ideia existente de ordem social. Alguns destes eventos radicais de mudança social estão ligados, por exemplo, à revolução industrial e à transição para a organização social característica do capitalismo, fundada na divisão do trabalho e, como propunha Durkheim, na “solidariedade orgânica”, no âmbito da qual a interdependência e a cooperação assumem uma importância central para a coesão social.

Na atualidade, os processos de globalização, materializados em múltiplas formas de mobilidade física ou socioespacial e “virtual” (Urry, 2002), e intensificados ainda pelo uso massificado de meios eletrónicos e audiovisuais de comunicação, são apontados como elementos que tendem a contribuir para a reconfiguração radical dos referenciais de coesão social. Uma das principais características das dinâmicas presentes é a “interligação entre dois extremos de extensividade e intensividade: influências globalizadoras, por um lado, tendências pessoais, por outro” (Giddens, 1997, p. 1). Enquanto na escala global estas interligações produzem uma “distensão” espacial e temporal de diferentes contextos de relações

sociais, ao nível local promovem a intensa proliferação das identidades culturais e de eventos específicos que contextualizam a vida quotidiana (Costa, 2002), atravessada por um conjunto alargado de referências de ação, que concernem uma variedade de acontecimentos, estilos de vida, valores, oportunidades e saberes que alteram as formas como nos relacionamos e interagimos, constituindo-se como elementos de desafio à coesão social.

Mas o que é a coesão social? Como assinalado atrás, frequentemente, o conceito remete para fenómenos de natureza multidimensional que enformam simultaneamente, nos planos institucional e relacional, as condições de vida, de reconhecimento e de representação dos membros que compõem uma dada sociedade (Fraser, 2008). A sua abordagem pode envolver diferentes “níveis de integração das relações sociais” (Costa, 1999, p. 490), bem como escalas de organização das relações sociais: *macro* (respeitante às relações de interdependência sistémica das estruturas sociais e culturais), *meso* (respeitante às relações de constituição de grupos e redes sociais e de coordenação entre sujeitos coletivos) e *micro* (respeitante a práticas e sistemas de disposições que medeiam as interações, os padrões comportamentais e as orientações valorativas dos indivíduos) (Pires, 2014, p. 33).

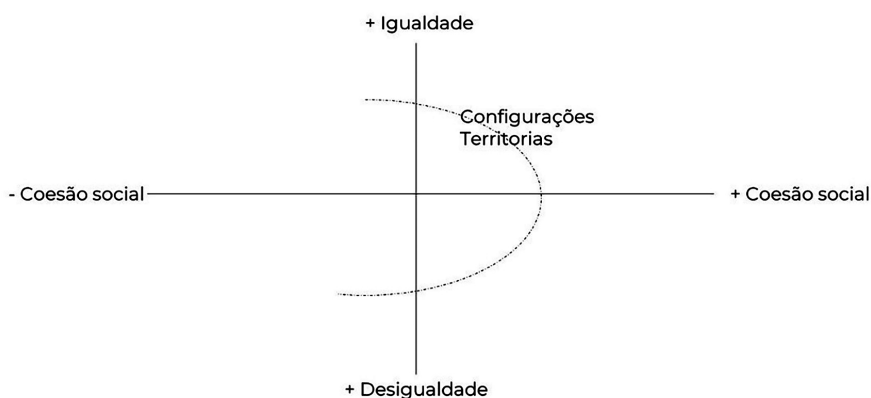
Na análise da coesão social, Schiefer e Noll (2017) distinguem três dimensões-chave, que podemos articular com as escalas de organização das interações sociais: na escala macro, a dimensão associada à *orientação para um bem-comum* (ou seja, a existência de um sistema de valores partilhados entre os cidadãos – acrescentamos nós, numa regularidade estrutural, com configurações multidimensionais fortemente associadas aos posicionamentos sociais e às propriedades que lhe conferem capacidade de ação social num dado momento histórico e contexto social); na meso, a dimensão que diz respeito ao *sentido de pertença e identificação com uma comunidade ou sociedade* (por exemplo, um território; uma entidade coletiva); na micro, a dimensão das *relações sociais que os indivíduos estabelecem uns com os outros*. Estas últimas, tal como propõe Costa (1999, p. 296), têm lugar no âmbito dos “quadros de interação” em que as mesmas são construídas, reproduzidas ou atualizadas. A escala micro (*place-based view*) dá, pois, ênfase a dimensões contextualizadas de práticas sociais atravessadas por lógicas específicas, interacionalmente reguladas através de regras e recursos, de condições e de padrões de ação social, mais ou menos assimétricos, perante os quais os processos sociais mais vastos se atualizam (Costa, 2002).

Neste quadro teórico, as desigualdades sociais e a qualidade de vida, nas suas interseções complexas e plurais, tendem, assim, a ser entendidas como antecedentes ou consequências da coesão social e do bem-estar percebido. Isto

é, os níveis mais elevados de desigualdade e os mais baixos de qualidade de vida – no extremo de desigualdade, a proliferação de experiências de exclusão social – tendem a resultar em menores níveis de coesão social – no extremo, na anomia pelo desmembramento das condições normativas que regulam a vivência comum, a cooperação e a identificação com o coletivo. Estas novas abordagens superam a aparente contradição entre coesão social e desigualdades sociais, suportada teórico-analiticamente no conceito de configurações territoriais (Mauritti *et al.*, 2022).

A problemática das relações entre desigualdades, configurações territoriais e coesão social, que aqui se desenvolve, radica igualmente no consolidado património científico da sociologia das classes, suportada nos “clássicos” (Weber, 1978; Marx & Engels, 2008), em autores mais contemporâneos (Bourdieu, 1979 e 2001; Wright, 1997; Bader & Benschop, 2018; Poulantzas, 1974), bem como em autores portugueses (Costa & Mauritti, 2018; Mauritti *et al.*, 2016; Carmo & Nunes, 2013; Nunes, 2013; Silva, 2009 e 1998; Queiroz, 2005; Pereira, 2005; Costa, 1999; Estanque & Mendes, 1997; Almeida, 1986; Pinto, 1985).

Figura 1. Modelo conceptual



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 apresenta o modelo conceptual operacionalizado na pesquisa. Nesta proposta partimos da ideia de que as desigualdades sociais constituem um obstáculo à construção de sociedades mais inclusivas e coesas (Therborn, 2013), contribuindo para o enfraquecimento dos laços sociais entre os indivíduos e as instituições e desencadeando múltiplas formas de exclusão e de injustiça social (Fraser, 2022).

De acordo com a OCDE (2012, p. 51), uma sociedade é coesa “se trabalha para o bem-estar de toda a população, combate a exclusão e a marginalização, cria um sentimento de pertença, promove a confiança e oferece aos seus membros a oportunidade de mobilidade social ascendente”. Neste seguimento, a coesão social pode definir-se, de uma forma mais sucinta, como um “processo” que contribui para uma maior igualdade das condições de vida e proteção contra a exclusão social e para a construção de uma sensação de pertença à comunidade (Vergolini, 2011).

Nesta perspetiva, Berger-Schmitt (2000) enfatiza que a promoção e monitorização da coesão territorial envolve duas dimensões distintas: uma, que diz respeito à redução das desigualdades sociais e da exclusão social; outra, ligada ao fortalecimento das relações sociais, interações e laços entre os indivíduos (aspetos geralmente considerados como o “capital social” de uma sociedade – valores partilhados, sentimento de pertença à comunidade, confiança entre os membros e confiança nas instituições sociais).

Relativamente às desigualdades sociais, tal como em Botterman, Hoghe e Reeskens (2012), são aqui assinaladas como “mecanismos estruturais” da coesão social. Assim, perspetivamos a menor ou maior coesão como um efeito complexo de clivagens sociais que caracterizam os contextos de participação e cooperação em diferentes esferas da vida social. As oportunidades de envolvimento em redes sociais de solidariedade e de participação cívica, a perceção de segurança e a maior ou menor confiança no outro ou, ainda, a aceitação da diversidade de estilos de vida são alguns dos aspetos que podemos assinalar como variáveis de coesão (Delhey & Dragolov, 2016). Ora, se a coesão social se refere aos níveis de ligação e de cooperação entre segmentos da sociedade, então, níveis mais baixos de coesão social podem ser entendidos como o resultado de níveis de desigualdade mais elevados (Whelan & Maître, 2005).

Em trabalhos anteriores, demonstrámos que o espaço social europeu é atravessado por desigualdades múltiplas, que resultam na existência de assimetrias significativas nas condições de vida e de bem-estar dos cidadãos dos países da Europa (Mauritti *et al.*, 2016; Costa & Mauritti, 2018; Costa *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2022). Estas desigualdades têm vindo a intensificar-se nos últimos anos em resultado dos processos de globalização, desenvolvimento tecnológico acelerado, flexibilização das relações de trabalho, entre outros fenómenos, que apelam à imposição de lógicas “individualistas”, ao mesmo tempo que enfraquecem as instituições sociais e colocam novos e múltiplos desafios à coesão social.

Perante este contexto de incremento dos processos desigualitários na Europa, dentro dos quais se incluem, não apenas as desigualdades distributivas

(de rendimentos e de educação), como também as desigualdades categoriais (nomeadamente, de território, classe social, género e idade), a sociedade portuguesa aparece atualmente como uma das mais desiguais. Tal significa que um número expressivo de portugueses – cidadãos europeus – está em condições de maior vulnerabilidade no que diz respeito ao conjunto de recursos e de oportunidades a que têm acesso. Esta evidência enfatiza, logo no plano macro, a relevância do contexto territorial na caracterização e compreensão destes fenómenos (residir em Portugal em comparação com outros países da União Europeia – UE). Adicionalmente, tendo em conta as clivagens existentes no interior dos países, a análise destes processos assinala disparidades significativas entre as regiões (Mauritti *et al.*, 2019), bem como dinâmicas e desafios específicos de coesão social e de bem-estar nessas regiões (British Council, 2021, pp. 40 e seguintes) e configurações territoriais (Mauritti *et al.*, 2022). Deste modo, a dimensão do contexto local/municipal de participação e construção de laços sociais e de identificação com o coletivo adquire uma pertinência acrescida no estudo da coesão social.

POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO DA COESÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS: A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM PERSPETIVA COMPARATIVA

A ideia de coesão social tem ganhado atenção no debate político nacional e supranacional. Ao nível internacional, é de referir que a política de coesão social integra a visão da Europa unida desde a sua fundação. O Tratado de Roma (1957) estabelece como objetivo de cooperação a redução das disparidades dos níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias. Apesar disso, somente em 1986, no Ato Único Europeu, a UE define explicitamente como objetivo a “coesão económica e social” de todo o território, pilar da atual política de coesão (Berger-Schmitt, 2000; Pucher *et al.*, 2019). Na sua base está a perspetiva de poder “recuperar” o modelo social europeu e construir uma sociedade de bem-estar, focada nas pessoas e nos seus contextos, mais resiliente para enfrentar os desafios da coesão social, económica, digital e ambiental, e apostada na redução das desigualdades entre e no interior dos países (Beckfield, 2019). Especificamente, a dimensão territorial é integrada nas políticas de coesão apenas no Tratado de Lisboa, em 2009, o qual, a par da coesão económica e social, clarifica a “coesão territorial” nas ações que visam a “promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável em todo o território da UE” (Pucher *et al.*, 2019, p. 11).

Durante anos, a incidência de monitorização do progresso económico e coesão territorial esteve sobretudo baseada em indicadores de escala nacional,

tendo como foco a comparação entre países (membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE ou da União Europeia, por exemplo). Contudo, recentemente, têm vindo a ser produzidas evidências de que esse referencial de monitorização contribui para invisibilizar assimetrias significativas intranacionais. As dinâmicas demográficas são um exemplo notório dessas clivagens e invisibilidades: A Europa é hoje um continente profundamente envelhecido, por força de tendências prolongadas de diminuição do peso de crianças e jovens e do aumento simultâneo de pessoas mais velhas. Não obstante, a análise destas tendências nas diferentes regiões europeias revela as consequências de uma competitividade territorial (Allen *et al.*, 1998; OECD, 2020) que tende a beneficiar, sobretudo, as dinâmicas económicas das áreas metropolitanas, com evidentes prejuízos para os territórios mais afastados dos grandes centros urbanos, com baixo produto, reduzida produtividade e em forte declínio demográfico e social. Efetivamente, tanto em Portugal como noutros países europeus, os resultados conhecidos dos Censos 2021 revelam que tais assimetrias têm vindo a acentuar-se, contribuindo para aprofundar o declínio populacional e o envelhecimento das zonas rurais¹. As implicações complexas deste “abandono” no desenvolvimento sustentável e no bem-estar das populações nessas regiões constituem um desafio comum à generalidade dos países europeus.

O reconhecimento de profundas clivagens territoriais intra e internacionais que se intersejam de forma cumulativa com outras formas de desigualdade social contribuiu assim para uma nova geração de políticas de desenvolvimento rural, que procuram responder a necessidades reais de desenvolvimento sustentável e à promoção da coesão social a partir de uma visão das condições coletivas do território (*place-based view*) (Vasta *et al.*, 2019; Silva, Sousa & Albuquerque, 2022). A este propósito, no quadro das políticas da Comissão Europeia, adotou-se o princípio da coesão territorial como o novo paradigma de desenvolvimento das regiões, permitindo a cada população tirar o melhor partido das características existentes no seu território (Santinha, 2014).

Ora, promover a coesão implica um melhor conhecimento sobre a multiplicidade de processos e mecanismos que a possibilitam. Desde logo exige que as características e os desafios específicos colocados às regiões sejam abordados de forma diferenciada, através de uma perspetiva que engloba a visão dos territórios e das suas populações. É nesta orientação, tendo em vista a criação de uma

1 Em Portugal, cerca de 164 municípios num total de 308 foram classificados como “municípios de baixa densidade”, numa deliberação da CIC Portugal 2020, para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Nesta classificação “adota-se uma abordagem multicritérios que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas e socioeconómicas e as acessibilidades” (CIC Portugal, 2020, p. 1).

ferramenta estatística que apoia a monitorização do desenvolvimento regional em diferentes escalas do território nacional, que o INE operacionaliza o ISDR – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.

A construção deste índice tem subjacente uma conceção que procura incorporar diferentes vertentes de sustentabilidade do desenvolvimento e da coesão territorial, simultaneamente, nos domínios económico (desempenho competitivo da região), ambiental (qualidade ambiental) e social (coesão social). Neste quadro, a coesão social – um dos eixos de monitorização do desenvolvimento regional – é “resultado de níveis aceitáveis de equidade de condições de vida, e propicia condições sociais para a reprodução social e económica sustentável e para a atratividade dos territórios” (INE, 2009, p. 12). Trata-se, pois, de um conceito multidimensional que engloba variáveis referentes, por exemplo, à estrutura e dinâmica sociodemográfica, à dimensão socioeconómica e rendimentos, à dimensão social respeitante a recursos e equipamentos nas áreas de saúde, educação e cultura. No seu conjunto, estas variáveis procuram aferir as capacidades oferecidas pelo coletivo para a adaptação social, bem como os potenciais de exclusão social e as condições de satisfação de necessidades básicas, relevantes nas perceções de pertença e de identificação com a comunidade. Estão aqui em causa diversas componentes ligadas à eficácia da ação redistributiva do Estado (Mauritti *et al.*, 2020), nomeadamente a educação universal ou as ações unificadoras em matéria de oferta cultural, as condições institucionais de regulação das relações que enformam o acesso e exercício à atividade económica, bem como os instrumentos de segurança social que lhe estão associados.

A análise do Índice de Coesão Social e Económica das Regiões Portuguesas (ICSERP) de 2020, produzido pelo INE (ver Tabela 2), permite verificar que, no todo nacional, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira correspondem às regiões NUTS II que apresentam maiores desafios neste domínio – em comparação com o Continente (100,7), os valores das regiões são de 88,9 (na Madeira) e 82,3 (nos Açores). A posição da região dos Açores (com o índice mais baixo no contexto nacional desde 2011) assinala as dificuldades acrescidas dos cidadãos açorianos, quer na satisfação de necessidades básicas, quer no acesso a serviços públicos e equipamentos coletivos que integram ações inscritas nas funções sociais do Estado, como as assinaladas atrás.

Tabela 2. Índice de Coesão Social e Índice de Desenvolvimento Regional em Portugal (2011, 2020)

	Índice de Coesão Social		Índice de Desenvolvimento Regional (global)	
	2011	2020	2011	2020
<i>Continente</i>	100,8	100,7	100,5	100,4
<i>Norte</i>	97,3	99,1	98,5	99,4
<i>Centro</i>	100,6	101,0	97,1	98,2
<i>Área Metropolitana de Lisboa</i>	106,9	105,5	108,0	106,0
<i>Alentejo</i>	99,1	95,3	96,5	95,4
<i>Algarve</i>	95,3	90,4	93,8	90,1
<i>Região Autónoma dos Açores</i>	82,7	82,3	89,4	89,6
<i>Região Autónoma da Madeira</i>	85,3	88,9	91,1	95,8

Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2011, 2020).

Extraído em 22 de agosto de 2022, <http://www.ine.pt>.

Estes dados são coerentes com outros estudos que assinalam os elevados índices de pobreza que configuram a Região Autónoma dos Açores (Diogo, 2019), a qual concentra o maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Portugal. Diogo destaca, igualmente, as disparidades que se verificam dentro do território, onde a pobreza (medida aqui através do RSI) está concentrada em determinadas freguesias da região (especialmente na Ilha de São Miguel). Na sua análise, o autor enquadra tais desigualdades na história do arquipélago, bem como na sua fragmentação (a divisão dos Açores em diversas parcelas de tamanho e população distinta), reforçada pelas assimetrias que marcam o perfil qualificacional das suas populações e a própria qualidade e disponibilidade de emprego. No setor privado, os empregos incidem sobretudo em atividades de serviços relacionadas com o turismo, as quais, apesar do clima marítimo de temperatura amena que caracteriza a Região ao longo do ano, têm forte componente de sazonalidade, significando como tal empregos precários e pouco qualificados (SREA, 2018). Estes traços de desigualdade interseam-se ainda, de forma cumulativa, com mecanismos de segmentação de oportunidades relacionados com o género. Com efeito, as desigualdades entre mulheres e homens assumem uma expressividade relevante nos contextos onde se observa maior incidência de pobreza, estando associadas a outras

questões sociais que apresentam um ritmo específico nestes territórios, como a violência doméstica, as baixas taxas de atividade feminina, os baixos níveis de escolaridade e a dinâmica demográfica que, apesar de hoje apresentar ainda um quadro de favorecimento marcado pela baixa presença relativa de pessoas com idades acima dos 64 anos, enfatiza um quadro de envelhecimento da população (Diogo & Rocha, 2018).

Nos pontos seguintes, procuramos enquadrar os padrões observados através do Índice de Coesão Social e Económica das Regiões (em especial os Açores) num modelo analítico teórica e empiricamente informado na problemática das desigualdades sociais.

OBJETIVOS DA PESQUISA E METODOLOGIA

De acordo com o modelo conceptual da pesquisa (Figura 1), traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificação e análise de indicadores quantitativos disponíveis para caracterizar as desigualdades sociais nos municípios da Região Autónoma dos Açores (Tabela 3);
2. Análise comparativa entre as configurações das desigualdades sociais na Região Autónoma dos Açores e Portugal Continental, simultaneamente, numa perspetiva sincrónica e diacrónica – reportada ao período 2011-2021 (Figuras 4 e 5);
3. Compreensão das interseções complexas da multidimensionalidade que caracteriza as desigualdades sociais nos municípios dos Açores, tendo em vista identificar diferentes perfis de desigualdade socioeconómica e territorial, com base nas correlações entre os indicadores de desigualdade (Figuras 6 e 7);
4. Posicionamento da Região Autónoma dos Açores nas configurações territoriais identificadas no estudo TIWELL (Mauritti *et al.*, 2022).

Para concretizar os objetivos propostos, a partir da exploração de estatísticas das regiões/municípios e dos Censos, começámos por proceder ao mapeamento de um conjunto amplo de indicadores de desigualdade social relativos à Região Autónoma dos Açores. Na maioria dos casos, os dados obtidos reportam ao período entre 2011 e 2021; contudo, para alguns dos indicadores (rendimento bruto por sujeito passivo; coeficiente de Gini; população que estuda ou trabalha noutro município), não foi possível encontrar dados disponíveis, considerando-se por isso outros anos aproximados. O objetivo foi recolher dados que permitissem

uma análise das dinâmicas de desigualdade que caracterizam a região, considerando um período temporal alargado.

Na seleção destes indicadores, sempre que possível, tivemos por base o trabalho já antes desenvolvido e estabilizado pela equipa para os municípios de Portugal Continental, a partir do qual construímos uma tipologia de territórios que posiciona os municípios em função das suas características de desigualdade. Tal inclui indicadores relativos ao território, população, rendimentos, condição socioeconómica, classes sociais, educação e mobilidade intermunicipal (ver Tabela 3). Ao todo foram recolhidas 14 variáveis com 26 indicadores associados, organizados para criar uma base de dados, de forma a possibilitar a caracterização do arquipélago – território e população residente – nas diferentes variáveis abordadas. Para o efeito consultaram-se os dados disponíveis em estatísticas oficiais do INE, como os Anuários Estatísticos Regionais, as Estimativas Anuais da População Residente, as Estatísticas do Rendimento ao Nível Local e dos Censos (2011 e 2021).

O indicador de classe social (variável derivada) foi construído segundo os procedimentos definidos na tipologia ACM (Costa, Machado & Almeida, 2007). A operacionalização deste indicador tem por base uma matriz de lugares de classe que considera variáveis como a condição perante a atividade económica, a profissão e a situação na profissão. No presente estudo, devido à ausência de dados recentes que compreendam toda a população trabalhadora (os últimos disponíveis remetem para os Censos de 2011), o indicador socioprofissional tem por referência as estatísticas relativas aos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS), envolvendo trabalhadores por conta de outrem que desempenham a sua atividade profissional no setor privado (não inclui os trabalhadores da administração pública, nem os trabalhadores por conta própria).

Relativamente aos rendimentos, de forma a captar as desigualdades económicas dentro dos municípios, considerou-se o coeficiente de Gini do rendimento bruto médio mensal por sujeito passivo, sendo este um dos indicadores mais utilizados na medição de disparidades económicas que opõem as populações dos diferentes territórios.

Foi necessário também efetuar algumas transformações dos dados, envolvendo o cálculo de taxas de variação de população e escolaridade para medir as evoluções nos territórios entre 2011 e 2020/21.

Através da análise exploratória e descritiva dos indicadores considerados, foi possível obter um retrato das desigualdades sociais e territoriais que configuram os municípios dos Açores, no momento presente, bem como avaliar a sua evolução desde 2011 até à atualidade. Posteriormente procedeu-se à análise comparada entre a Região Autónoma dos Açores e Portugal Continental.

Finalmente, para a análise das interseções entre as dimensões estruturais de desigualdade que configuram o território, as quais permitem olhar para o interior do Arquipélago e perceber a sua associação com os diferentes municípios, procedeu-se à realização de uma análise categorial em componentes principais (CatPCA). Com a representação, no mesmo plano, dos indicadores considerados e dos municípios, é possível observar as inter-relações existentes e identificar padrões de associação entre as desigualdades sociais e os municípios.

Tabela 3. Indicadores de desigualdade social

Dimensão	Indicadores	Fonte
Território	Tipologia de áreas urbanas (2011 e 2020): • APU – População residente em Áreas Predominantemente Urbanas (%) • AMU – População residente em Áreas Maioritariamente Urbanas (%) • APR – População residente em Áreas Predominantemente Rurais (%)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
	Densidade populacional (n.º hab./km²) (2011 e 2021)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
	Taxa de variação da densidade populacional (%) (2001-2011) / (2011-2021)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
População	População residente, segundo grandes grupos etários (2011 e 2021): • Inferior a 25 anos (%) • 25 a 64 anos (%) • Homens com 65 ou mais anos (%) • Mulheres com 65 ou mais anos (%)	INE, Censos 2011 e 2021 INE, Estimativas Anuais da População Residente
	Índice de dependência total (N.º) (2011 e 2020)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
	Taxa de variação da população com idades entre os 0 e os 14 anos (%) (2001-2011) / (2011-2021)	INE, Censos 2011 e 2021
	Taxa de variação da população com idade igual ou superior a 65 anos (%) (2001-2011) / (2011-2021)	INE, Censos 2011 e 2021

Dimensão	Indicadores	Fonte
Rendimentos	Rendimento bruto declarado por sujeito passivo (€) (2015 e 2019)	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira
	Coefficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%) (2015 e 2019)	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira
Classes sociais	Classes sociais dos trabalhadores por conta de outrem (2011 e 2020): • % Dirigentes • % Profissionais, Técnicos e de Enquadramento • % Empregados Executantes • % Operários • % Trabalhadores Não Qualificados	INE, Anuários Estatísticos Regionais 2020
Educação	População com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011 e 2021): • % Sem grau • % Básico • % Secundário • % Superior	INE, Censos 2011 e 2021
	Taxa de variação do ensino secundário da população com 15 ou mais anos (%) (2011-2020)	INE, Censos 2011 e 2021
	Taxa de variação do ensino superior da população com 15 ou mais anos (%) (2011-2020)	INE, Censos 2011 e 2021
Mobilidade	População que trabalha ou estuda noutro município (%) (2011)	INE, Censos 2011

CONFIGURAÇÕES DE DESIGUALDADE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Localizada na zona central do Atlântico Norte, a Região Autónoma dos Açores é formada por nove ilhas, todas de origem vulcânica (19 municípios), e ocupa uma área de 2322 km², onde residem perto de 236 440 pessoas – o que corresponde a uma densidade populacional de 102 habitantes por km² (Figura 4). O arquipélago é marcado pela presença de áreas medianamente urbanas (45%), formadas por vilas e pequenas cidades, e áreas predominantemente rurais (28%).

De acordo com os resultados conhecidos dos Censos 2021, a composição etária da população incide nas idades dos 25 a 64 anos (53%), mas conta ainda com alguma expressão de crianças e jovens até 24 anos (26%); as idades com 65 e mais anos têm uma representação mais diminuta (cerca de 17%). No entanto, face a 2011, as idades até 14 anos têm vindo a reduzir de forma significativa (-22%), enquanto o peso relativo de pessoas acima dos 65 anos, no mesmo período, teve uma taxa de crescimento na ordem dos 21% (Figura 5). Refletindo esta estrutura etária, atualmente o índice de dependência total revela que para cada 100 adultos em idade ativa, existem perto de 45 pessoas nas idades inativas (incluindo crianças e jovens com menos de 15 anos e maiores de 64 anos).

Na caracterização dos perfis educativos da população com 15 e mais anos, destaca-se a prevalência de pessoas com o ensino básico (cerca de 61%), registando-se ainda alguma presença dos que não têm qualquer grau de escolaridade (perto de 5%). No todo da população, pouco mais de 1/3 detém pelo menos o ensino secundário (21%, com o secundário; 14%, com grau superior). Ou seja, apesar de, entre 2011 e 2021, as taxas de variação dos níveis de educação secundário (+64%) e superior (+48%) seguirem tendências positivas de elevação das qualificações, um segmento muito expressivo da população adulta açoriana, sem possibilidades (ou pelo menos incentivos suficientes) de reforço dos seus recursos educativos, mantém níveis de educação que não o habilita a uma participação plena, com protagonismo nos desafios colocados à sociedade atual.

Figura 4. Configurações das desigualdades sociais nos Açores e em Portugal Continental

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



Densidade Pop
Tv Densidade Pop
(2011-2021)

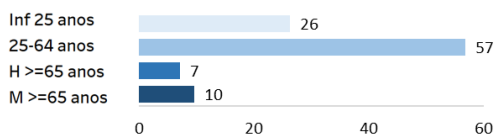
101,8
-4,4%

12865
Rendimento
bruto médio anual

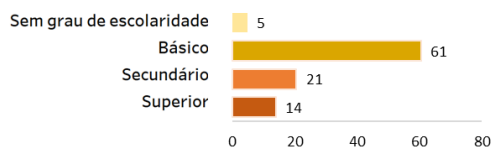


41,7
Coef. Gini

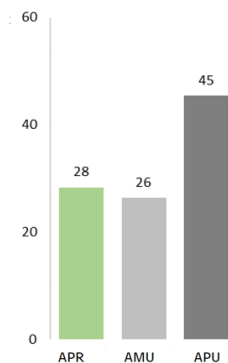
Idade (% média)



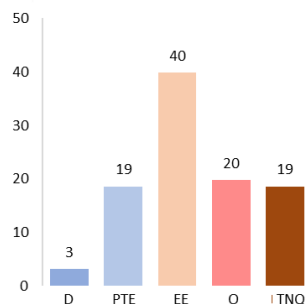
População 15+ anos por nível de escolaridade (%)



Tipologia Urbana (%)



Classe social (%)



Tx variação:
(2011-2020(1))

Tv Secundário 64,0%

Tv Superior 47,9%

Tv (0-14) -21,8%

Tv (65+) 20,8%

Trabalha/estuda
noutro Município

13,8%

APR – Áreas Predominantemente Rurais

AMU – Áreas Medianamente Urbanas

APU – Áreas Predominantemente Urbanas

D – Dirigentes PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento

EE – Empregados Executantes O – Operários

TNQ – Trabalhadores Não Qualificados

PORTUGAL CONTINENTAL



Densidade Pop
Tv Densidade Pop
(2011-2021)

110,7
-1,7%

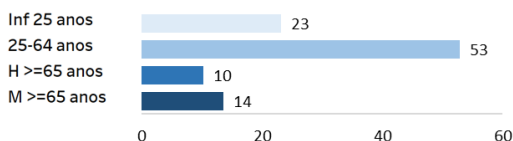
13620

Rendimento
bruto médio anual

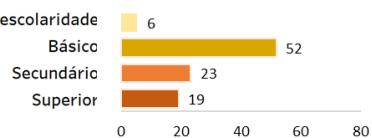


41,7
Coef. Gini

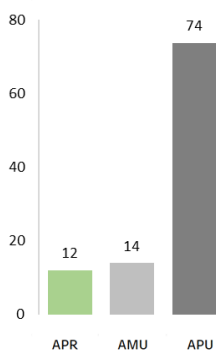
Idade (% média)



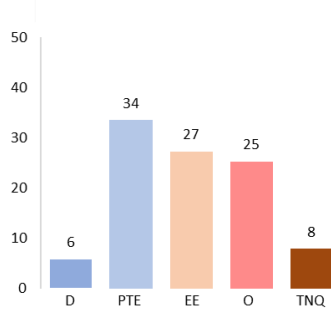
População 15+ anos por nível de escolaridade (%)



Tipologia Urbana (%)



Classe social (%)



Tx variação:
(2011-2020(1))

Tv Secundário 46,2%
Tv Superior 44,5%

Tv (0-14) -14,2%
Tv (65+) 20,4%

Trabalha/estuda
noutro Município
29,9%

APR – Áreas Predominantemente Rurais
AMU – Áreas Medianamente Urbanas
APU – Áreas Predominantemente Urbanas

D – Dirigentes PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento
EE – Empregados Executantes O – Operários
TNQ – Trabalhadores Não Qualificados

Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

De forma coerente com o quadro traçado para o perfil de qualificações da população, os dados referentes à composição socioprofissional do conjunto de trabalhadores assalariados em entidades empresariais privadas e em organizações do setor social enfatizam a forte presença (cerca de 78%) de empregados em atividades de base, não qualificadas e semiqualficadas, na indústria e agricultura e nos serviços administrativos, comerciais e de segurança – na figura 4, estes correspondem aos posicionamentos sociais de classe relativos a empregados executantes, operariado e não qualificados (este último envolvendo trabalhadores

indiferenciados que exercem atividades precárias e/ou mal remuneradas nos vários setores económicos). No todo do arquipélago, as classes sociais dotadas de maiores recursos económicos, de *status* e prestígio social, como os dirigentes (3%) e os profissionais técnicos e de enquadramento (19%), que desempenham atividades profissionais de qualificação média ou elevada e exercem funções de chefia intermédia e superior, têm uma presença relativamente diminuta.

De notar que a sub-representação de setores de maior qualificação reflete, em parte, a ausência, nos dados que suportam a análise, de trabalhadores da administração pública, envolvendo em 2021, segundo dados da DGAEP, mais de 25 800 trabalhadores, dos quais pouco mais de metade são dirigentes e profissionais especialistas intelectuais e científicos e quadros técnicos e intermédios. A sua presença enfatiza, pois, a expansão (embora polarizada e refletida, como veremos adiante, em geografias contrastantes) de atividades de serviços públicos. Estas atividades incluem serviços de alta pericialidade técnica e científica, ligados às áreas de ciência e educação, gestão administrativa e política, de decisão e apoio jurídico, saúde e segurança social, para além dos serviços gerais administrativos e de apoio de base às atividades económicas e sociais sob alçada de instituições públicas.

Os rendimentos brutos médios anuais da população açoriana rondam os 12 865 euros. Contudo, o Coeficiente de Gini permite observar que no arquipélago as desigualdades na distribuição de rendimentos são muito significativas (na ordem dos 41,7%).

Quanto à mobilidade, cerca de 14% da população trabalha ou estuda noutro município que não o de residência habitual.

TRAÇOS E TENDÊNCIAS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA FACE AO CONTINENTE NA ÚLTIMA DÉCADA

A perspetiva comparativa com o Continente (Figura 4) procura posicionar os mecanismos de desigualdade social que caracterizam o arquipélago dos Açores nas configurações territoriais do todo nacional. Esta análise é complementada com a visão das tendências que atravessam os dois contextos nas variáveis em foco ao longo da última década (Figura 5).

A análise comparativa permite verificar que a nomenclatura urbana que caracteriza a distribuição da população residente no território açoriano, relativamente incidente nas áreas medianamente urbanas e nas áreas predominantemente rurais, emerge, desde logo, como traço de contraste face à distribuição associada ao Continente, o qual é formado, essencialmente, por áreas predominantemente urbanas (que ocupam cerca de 74% do território). A densidade populacional,

embora ligeiramente mais intensa no território continental (111 habitantes por km²), apresenta tendências de diminuição em ambos os contextos, coerentes com a perda geral de população que tem marcado o país na última década. Apesar disto, estas tendências são, de facto, mais acentuadas nos Açores: entre 2011 e 2021, a taxa de variação da densidade populacional no arquipélago revela uma diminuição mais de duas vezes superior àquela que se verificou em Portugal Continental (-4,4 nos Açores e -1,7 no Continente).

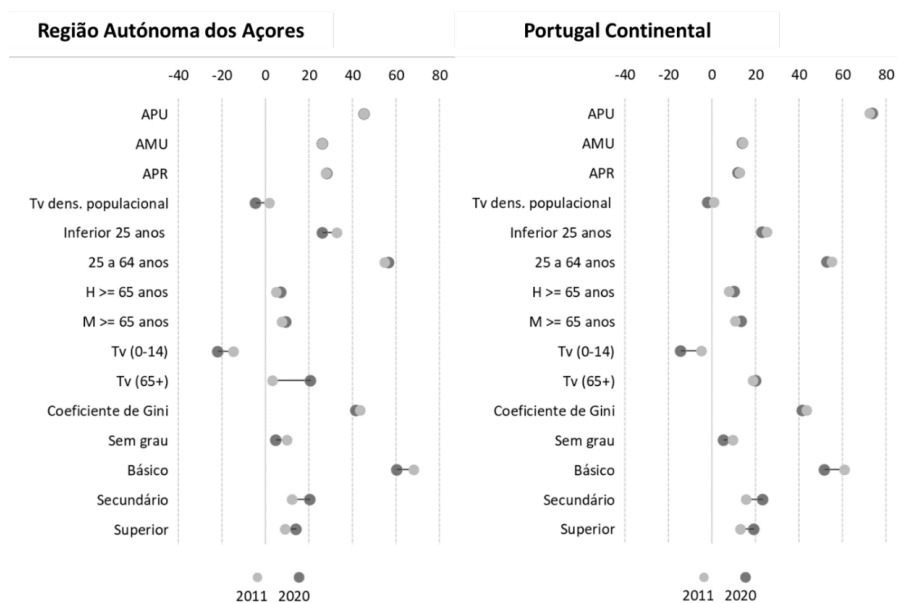
Não obstante, em 2021, a estrutura etária da população denota ainda uma maior presença no arquipélago quer das idades até 25 anos (26%, +3 pontos percentuais [p.p.] do que o observado no todo do Continente), quer do grupo etário dos 25 a 64 anos, prevalecente na população economicamente ativa (57%, +4 p.p. do que no Continente). Este quadro mais favorável na Região Autónoma dos Açores é reforçado também pelo peso diminuto do segmento da população a partir dos 64 anos (17% nos Açores, -7 p.p. do que o observado no conjunto populacional do Continente), refletindo um índice de dependência total substancialmente inferior no arquipélago (45; -12 p.p. em comparação com o Continente). Contudo, na última década, a região (de forma mais acentuada do que o todo nacional) apresenta perdas significativas de crianças até aos 14 anos (entre 2011 e 2021 a taxa de variação associada é de -22%; -14% no Continente), enquanto, no mesmo período, o peso da população com 65 e mais anos aumentou perto de 21% (20% no Continente). Estas tendências evidenciam um movimento de convergência com a estrutura demográfica do todo nacional, contribuindo, assim, para intensificar um quadro sistémico de envelhecimento do país.

O perfil qualificacional da população residente no arquipélago açoriano reflete alguns ganhos, associados sobretudo à diminuição do analfabetismo, o qual, apesar de deter ainda alguma expressão, caiu perto de 5 p.p., traduzindo uma melhor *performance* da região em comparação com o Continente, onde esse recuo foi de -4 p.p. Contudo, a população que não foi além do ensino básico mantém uma presença muito expressiva na região (61%, -8 p.p. face a 2011; no Continente representa 52%, com uma diminuição associada em relação a 2011 de -9 p.p.). Assim, apesar de as taxas de variação dos níveis educacionais nos patamares de educação secundária e superior nos territórios açorianos revelarem uma dinâmica mais positiva do que a observada no todo nacional, as distâncias no perfil qualificacional mantêm-se expressivas: na Região Autónoma dos Açores, em 2021, cerca de 35% da população detém pelo menos um diploma de estudos secundários (14% da qual concluiu um grau superior); no Continente, no mesmo ano, encontramos 43% e 19%, respetivamente.

A comparação dos contextos em referência relativamente às configurações da estrutura socioprofissional, no ano mais próximo reportadas apenas aos

trabalhadores assalariados dos setores empresarial e social, confirma um quadro geral de maior desqualificação dos trabalhadores do Arquipélago. Tal é desde logo notável na menor presença relativa de atividades de serviços de maior pericialidade técnica e científica (os Profissionais Técnicos e de Enquadramento representam 19% na região, contra 34% no Continente; os Dirigentes 3% e 6%, respetivamente). Adicionalmente, nos segmentos de assalariamento de base da agricultura, indústria e serviços, este quadro é ainda acentuado pela sobrerrepresentação de “trabalhadores não qualificados” (19% na Região Autónoma dos Açores; 8% no Continente).

Figura 5. Evolução dos indicadores de desigualdade na Região Autónoma dos Açores e em Portugal Continental (2011-2020)



Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

Apesar destas assimetrias, os rendimentos médios brutos anuais declarados em sede de IRS, sendo mais baixos do que os registados em Portugal Continental (na região rondam, em termos médios anuais, os 12 865 euros; -755 euros/ano do que o Continente), são relativamente elevados quando comparados com o padrão de rendimentos de diferentes configurações territoriais no país (cf. Mauritti *et al.*, 2022). A análise comparada do montante médio de rendimentos brutos entre

2015 e 2019² denota uma evolução positiva nos dois contextos, ainda que mais intensa no Continente (a taxa de crescimento associada à recuperação de rendimentos ronda os 15% no Arquipélago e os 17% no Continente). De resto, as fortes desigualdades assinaladas em relação à distribuição de rendimentos, medidas através do Gini, estão em linha com o observado no todo do território nacional.

A mobilidade intermunicipal, último indicador analisado neste perfil, é relativamente diminuta quando comparada com a realidade continental (nos Açores 14% da população trabalha ou estuda noutro município, no Continente são cerca de 30% os cidadãos envolvidos neste tipo de mobilidade).

ASSIMETRIAS ENTRE E NOS MUNICÍPIOS DOS AÇORES

Um olhar sobre o interior do território açoriano permite assinalar diferenças substantivas no que diz respeito às condições sociodemográficas, socioprofissionais e económicas da população residente nos municípios da Região Autónoma, revelando assim um retrato territorial heterogéneo do arquipélago.

A figura 6 apresenta os padrões de associação entre as variáveis que compõem a caracterização da estrutura sociodemográfica da população nos 19 municípios açorianos. Nos dois quadrantes à esquerda, estão posicionados os municípios com maior concentração de áreas urbanas. Entre estes, Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Vila Franca do Campo e Vila da Praia da Vitória correspondem aos aglomerados com maior densidade populacional. A estrutura de idades da sua população caracteriza-se pela presença relevante de crianças e jovens (com idades inferiores a 25 anos). Concomitantemente, nestes mesmos contextos, os últimos dez anos foram pautados pelo crescimento substantivo de população mais velha (pessoas com 65 e mais anos) – em particular, Angra do Heroísmo e Vila da Praia da Vitória. No topo da figura à esquerda, correspondente ao segundo quadrante, Ribeira Grande e Povoação surgem associadas à forte presença de população nas idades dos 25 aos 64 anos.

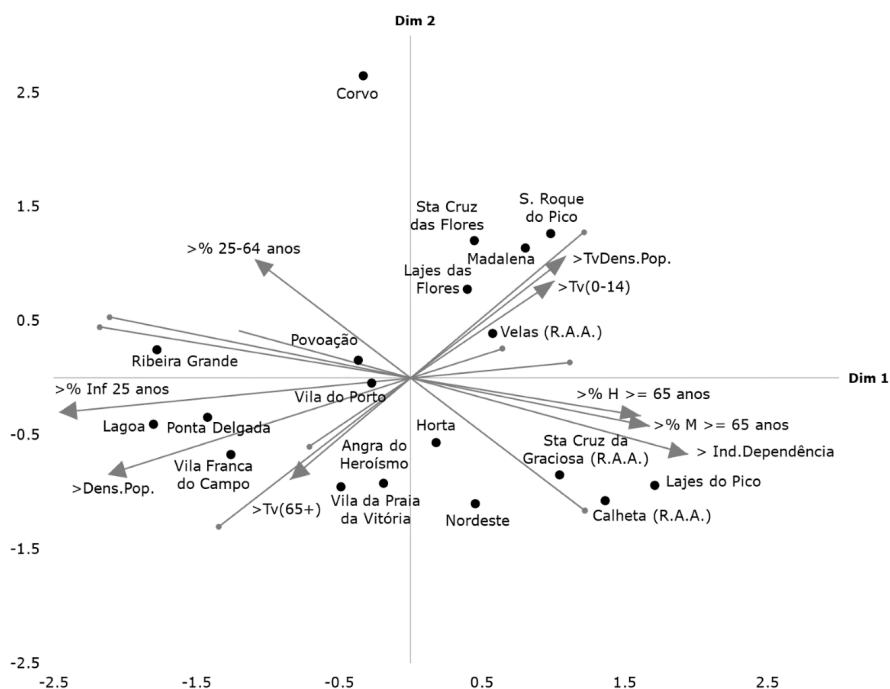
Também no topo da figura, no quadrante 1, à direita, estão localizados os municípios que apresentam tendências mais favoráveis relativamente à presença de famílias com crianças (até aos 14 anos): Madalena e São Roque do Pico. Aliás, de acordo com os dados conhecidos dos Censos 2021, Madalena é no contexto

2 Período que cobre um ciclo de governação socialista, entre 2015 e 2020, na Região Autónoma dos Açores correspondente ao XII Governo Regional – XXI Governo da República Portuguesa. No plano nacional, o XXI Governo foi pautado pelo acordo de cooperação estratégica conhecido por “Gerir-gonça” entre PS, BE, PCP e PEV, logo a seguir a um ciclo de governação durante o qual Portugal foi sujeito a um programa de assistência financeira tutelado pela *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia).

do Arquipélago açoriano o único município que viu a sua população crescer nos últimos dez anos (2,1%); os restantes concelhos posicionados neste quadrante assinalam tendências de perda demográfica menos significativas em comparação com as restantes configurações territoriais.

Ainda à direita, em baixo, no quarto quadrante da figura, estão localizados os municípios de Santa Cruz da Graciosa, Lajes do Pico e Calheta, associados a tendências mais intensas de envelhecimento populacional, sobretudo por maior concentração de pessoas mais velhas (homens e mulheres com 65 e mais anos). É também nestes contextos que o índice de dependência total é mais elevado.

Figura 6. Padrões de associação entre os indicadores demográficos e posicionamento dos municípios da Região Autónoma dos Açores



Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

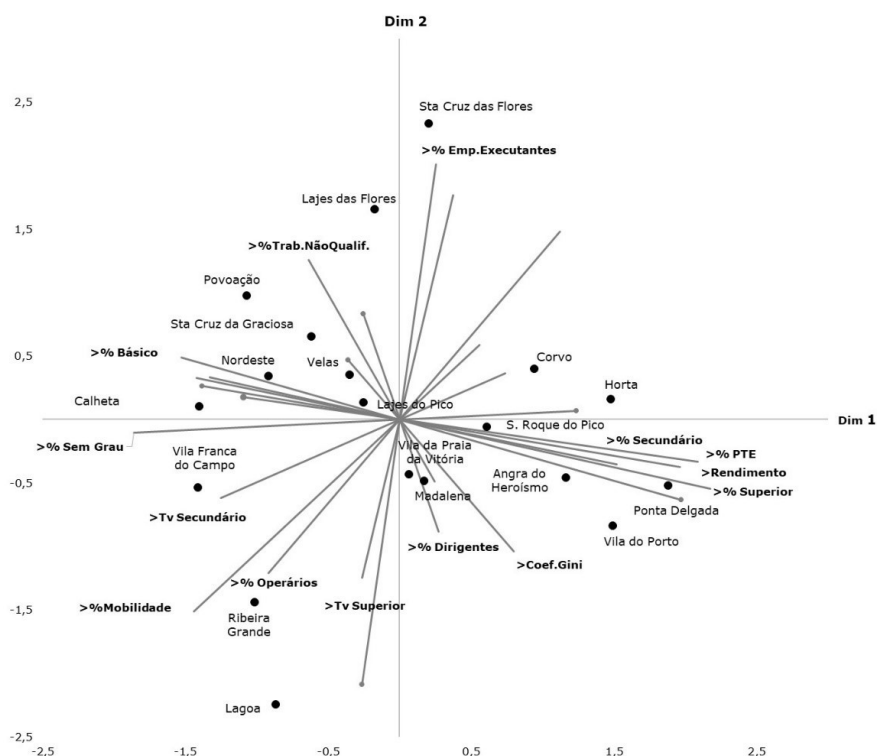
Complementando esta análise focada nas assimetrias que atravessam os municípios da Região Autónoma dos Açores, a Figura 7 permite visualizar os

traços socioprofissionais, socioeducativos e económicos da população nos diversos concelhos. Também aqui se observam diferenças significativas, que têm impactos nas condições de vida das populações e na coesão social do território.

No quadrante em baixo à direita, estão localizados os municípios que tendem a acumular situações mais favoráveis nas diversas variáveis de caracterização que suportam a análise. Encontramos aqui contextos pautados por maior oferta e variedade de atividades de prestação de serviços. Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Vila do Porto, e também São Roque do Pico e Horta revelam uma maior presença relativa de profissionais com perfis de qualificação e pericialidade técnica e científica melhorados (diplomados com ensino superior e secundário), que exercem funções técnicas e de chefia intermédia ou superior nas organizações (PTE, Profissionais Técnicos e de Enquadramento), auferindo rendimentos médios mais elevados. Também localizados neste quadrante, estão os municípios de Madalena e Vila da Praia da Vitória, com a presença de dirigentes de topo das empresas e organizações, no geral profissionais dotados de maiores recursos económicos, poder e prestígio social. A assimetria de condições de vida e de bem-estar destes segmentos, face a outros prevalecentes no território, contribui para que também este quadrante esteja associado a maiores desigualdades na distribuição de rendimentos, medidas através do coeficiente de Gini (este particularmente elevado em Vila do Porto e Ponta Delgada).

Reforçando a importância das atividades de serviços diversos, ainda à direita da figura, mas no quadrante superior, encontramos Santa Cruz das Flores, o município açoriano com maior peso relativo de trabalhadores que realizam atividades semiqualficadas de apoio administrativo e serviços comerciais, de cuidado social e pessoal e de proteção e segurança (EE, Empregados Executantes). Não obstante, na Região Autónoma, uma parte significativa dos sujeitos posicionados nesta classe social é detentora de recursos educacionais baixos e muitos baixos. Tal incidência reflete-se no posicionamento de municípios como Lajes das Flores ou Povoação (no topo da figura, à esquerda), configurados pela presença do segmento socioprofissional dos empregados executantes, nestes contextos sobretudo mobilizados em atividades de serviço de base, pouco exigentes em termos de perfil qualificacional e com baixo retorno financeiro.

Figura 7. Padrões de associação entre rendimento, educação e classes sociais: posicionamento dos municípios da Região Autónoma dos Açores



Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

De forma coerente com estes traços, ainda no topo da figura, à esquerda (no segundo quadrante), Lagoa, Calheta e Velas (e também Ribeira Grande) distinguem-se na sua composição socioprofissional pela maior frequência de trabalhadores mobilizados na atividade piscatória e agrícola e na indústria (operários), com perfis qualificacionais incidentes no ensino básico. Este quadrante é também muito marcado pela presença de trabalho manual e não manual não qualificado, especialmente nos municípios de Lajes das Flores, Santa Cruz da Graciosa e Povoação.

Finalmente, no quadrante inferior, também à esquerda, estão posicionados municípios atravessados por dinâmicas relativamente mais intensas de melhoria dos perfis qualificacionais da população jovem adulta, com pais operários,

detentores de perfis educativos muito baixos (sem grau de escolaridade e ensino básico). Tal é observado na variação positiva de pessoas com o ensino superior concluído, muito notória em Lagoa e Vila Franca do Campo (tanto no ensino superior, como no secundário), ou na Ribeira Grande (incremento do ensino secundário) e Madalena (ensino superior). Estes processos são ainda potenciados por oportunidades de mobilidade intermunicipal por motivos de estudo ou de trabalho, muito incidente nestes contextos. Estas dinâmicas denotam processos potenciadores da reconfiguração do tecido social e produtivo, os quais, porém, para terem sustentabilidade devem ser acompanhados de uma requalificação económica das atividades e oportunidades de emprego disponíveis.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Este estudo operacionaliza um modelo de interpretação dos padrões de coesão social que norteiam a Região Autónoma dos Açores, suportado no plano teórico e substantivo numa caracterização das condições de vida e de participação social das populações nos diferentes territórios. Concretamente, a análise realizada procura apurar, através de uma perspectiva multidimensional das desigualdades (Costa, 2012; Mauritti *et al.*, 2022) as relações complexas entre as condições de oportunidade e constrangimento que configuram as práticas e as orientações das populações, bem como os padrões de coesão social que definem as diferentes geografias e respetivos contextos relacionais de atuação.

O estudo identificou e qualificou um conjunto alargado de fenómenos de desigualdade social que obstaculizam as possibilidades de consolidação sustentada do progresso económico e coesão social na Região Autónoma – a qual apresenta o Índice de Coesão Social e Económica das regiões portuguesas mais baixo no contexto nacional, desde 2011 (INE, 2022). A análise realizada confirma que a baixa coesão está significativamente associada a níveis elevados de desigualdade, nos vários parâmetros considerados no estudo.

A caracterização dos municípios da Região Autónoma confirma ainda que as disparidades observadas à escala regional são igualmente notáveis nas segmentações internas, ligadas aos agrupamentos das ilhas e dentro destas a determinados municípios. Por exemplo, na Ilha de São Miguel (a maior, mais povoada e a mais desigual do arquipélago), estão localizados territórios urbanos com populações pautadas por fortes assimetrias nas dimensões socioprofissionais e socioeducativas: um segmento expressivo altamente qualificado e com rendimentos melhorados (concentrado em Ponta Delgada) contrasta, nas suas condições de vida, com uma maioria da população, cujos posicionamentos sociais de classe estão marcados por baixos recursos económicos, educativos e organizacionais (Wright, 1997);

incluem-se neste segmento operários e empregados executantes (muito presentes na estrutura de classes de Lagoa e Ribeira Grande), bem como trabalhadores não qualificados, que exercem atividades agrícolas, piscatórias e de transformação industrial, caracterizadas por forte precariedade e salários baixos e muito baixos (Povoação e Nordeste).

A análise realça uma sobreposição e cumulatividade de efeitos de desigualdade (Costa, 2012; Costa *et al.*, 2018) entre dinâmicas sociodemográficas e socioprofissionais, com consequências simultâneas em dois níveis: baixa coesão à escala regional e baixa coesão intermunicipal. Tal resulta de assimetrias entre territórios pautados por geografias contrastantes na capacidade de regeneração económica, na presença de instituições do Estado social e também nas condições de vida das suas populações (Diogo, 2019). O primeiro aspeto destaca as clivagens entre as áreas mais densamente povoadas e com maior oferta de serviços públicos fundamentais, contextos também beneficiados por maior concentração de trabalhadores com alta pericialidade técnica e científica, cujo recrutamento é favorecido pela proximidade a polos de inovação e unidades de ensino superior (campi da Universidades dos Açores localizados em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta); em contraste, territórios mais periféricos revelam tendências agravadas de despovoamento, envelhecimento e empobrecimento (Santa Cruz da Graciosa, Lages do Pico e Calheta). Nestes dois extremos, o primeiro, embora com maior potencial de qualidade de vida, é internamente menos coeso (mais desigual), já que segmentos relevantes das suas populações não participam de forma plena nas diferentes dimensões da vida social, evidenciando a baixa coesão que os caracteriza. Neste sentido, a melhoria dos níveis educativos da população jovem adulta observada nos últimos dez anos não parece ser suficiente para inflitir traços prevaletentes, fortemente incidentes nos níveis de educação baixos e muito baixos.

As dimensões de desigualdade social assinaladas no Arquipélago dos Açores aproximam-no da configuração identificada num estudo anterior, reportado ao Continente, de “Territórios Intermédios” (Mauritti *et al.*, 2022). Estes territórios têm traços gerais próximos dos valores médios do Continente, mas, ao mesmo tempo, apresentam internamente alguma fragmentação e heterogeneidade em termos sociodemográficos, económicos e de geometria espacial. Os municípios localizados nesta configuração territorial definem-se por alguma prevalência de aglomerados de baixa densidade, atravessados por dinâmicas de intensificação de envelhecimento e perda de população; igualmente, evidenciam uma relativa incapacidade de requalificação da população e da estrutura socioprofissional – em especial a população adulta, que mantém níveis de escolaridade incidentes em patamares aquém do necessário para uma participação plena e com protagonismo.

Ainda assim, na análise realizada, foi possível identificar um potencial de dinâmicas renovadoras da Região, impulsionadas seja pela localização e riqueza da paisagem e do vasto património de recursos naturais e culturais, seja pelas características da sua estrutura demográfica, ainda marcada pela maior expressão relativa de crianças e jovens, especialmente nos contextos mais densamente urbanos.

O arquipélago dos Açores aproxima-se dos Territórios Intermédios, também devido à sua posição transfronteiriça geoestratégica, neste caso, no centro do Atlântico Norte, potenciadora do estabelecimento de relações económicas privilegiadas, nomeadamente entre a Europa e outros continentes (em particular, a América do Norte). Este traço é ainda reforçado pelo potencial associado ao facto de ser uma das maiores zonas económicas exclusivas da União Europeia (Azevedo, 2018). As dinâmicas de desenvolvimento regional são, nesta medida, específicas, dependendo fortemente da solidez de relações entre diferentes atores e instituições, posicionados nos diversos níveis de atuação no território e das ligações com outras geografias e agentes (nacionais, transfronteiriços e internacionais) (Silva *et al.*, 2022, p. 3). Tal sugere, assim, a necessidade de uma conceção de política regional que, embora investida no desenvolvimento local, seja capaz de incluir dimensões endógenas e exógenas, tendo o território e as interações dos seus atores e instituições como peça central.

A promoção do desenvolvimento regional e a melhoria da coesão social exigem uma compreensão abrangente das condições específicas do território, bem como uma abordagem compreensiva dos desafios colocados, através da qual seja possível construir estratégias e ferramentas que valorizem as pessoas e os recursos da região.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, J., Massey, D., & Cochrane, A. (1998). *Rethinking the Region*. Routledge.
- ALMEIDA, J. F. (1986). *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Instituto de Ciências Sociais.
- BADER, V., & Benschop, A. (2018). Desigualdade social: objeto e modelo proteórico de análise. Em S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão & A. Jorge (orgs.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas* (pp. 27-79). Húmus.
- BECKFIELD, J. (2019). *Unequal Europe: Regional integration and the rise of European inequality*. Oxford University Press.
- BERGER-SCHMITT, R. (2000). Social cohesion as an aspect of the quality of societies: Concept and measurement. *EuReporting Working Paper* No. 14.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Les Editions de Minuit.

- BOURDIEU, P. (2001). *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Celta Editora.
- BOTTERMAN, S., Hooghe, M., & Reeskens, T. (2012). 'One size fits all'? An empirical study into the multidimensionality of social cohesion indicators in Belgian local communities. *Urban Studies*, 49 (1), 185-202.
- BRITISH COUNCIL (2021). *Social Cohesion in Europe: Literature review*. Disponível em: https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_cohesion_in_europe_literature_reviewfinal.pdf (julho 2022).
- CARMO, R. M., & Nunes, N. (2013). Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey. *European Societies*, 15(3), 373-387.
- CHANCEL, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (Eds.). (2021). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab.
- CIC PORTUGAL (2020). *Deliberação da CIC Portugal 2020. Classificação de Municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios*. Comissão Interministerial de Coordenação, Portugal 2020.
- COSTA, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Celta Editora.
- COSTA, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 15-30.
- COSTA, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. Em A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)* (pp. 5-20). Celta.
- COSTA, A. F., & Mauritti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. Em R. M. Carmo, J. Sebastião, S.C. Martins, J. Azevedo & A. F. Costa (Orgs.), *Desigualdades Sociais, Parte II: Recursos e categorias* (pp. 79-99). Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., & Romão, A. (2018). Distributional and categorical inequalities in Europe: structural configurations. Em R. M. Carmo, C. Rio & M. Medgyesi (2018), *Reducing Inequalities. A challenge for the European Union?* (pp. 63-74). Palgrave Macmillan.
- DELHEY, J., & Dragolov, G. (2016). Happier together. Social cohesion and subjective well-being in Europe. *International Journal of Psychology*, 51 (3), 163-176.
- DIOGO, F. (2019). Algumas peculiaridades da pobreza nos Açores. *Sociologia On Line*, 19, 81-101.
- DIOGO, F.m & Rocha, G. (2018). Desigualdades de género e pobreza nos Açores. Em S. Gomes, V. Duarte, F. Bessa Ribeiro, L. Cunha, A.M. Brandão & A. Jorge (2018), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas: Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 437-466). Húmus.
- ESTANQUE, E., & Mendes, J.M. (1997). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um estudo comparativo*. Afrontamento.
- FRASER, N. (2022). *Justiça Interrompida: Reflexões críticas sobre a condição 'pós-socialista'*. Boitempo.
- FRASER, N. (2008). *Scales of Justice*. Polity Press.

- GIDDENS, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta Editora.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2009). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*. INE, IP.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2019). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores – 2018*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Censos 2011 e 2021*. Disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html (consultado em julho, 2022).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2022). *Índice de Desenvolvimento Regional*. INE, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em agosto, 22, 2022 em <http://www.ine.pt>
- LAMONT, M., Beljean, S., & Clair, M. (2014). What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. *Socio-Economic Review*, 12(3), 573-608.
- MARX, K., & Engels, F. (2008). *Marx e Engels. Obras Escolhidas* (Tomo I). Edições Avante.
- MAURITTI, R., Martins, S.C., Nunes, N., Romão, A.L., & Costa, A.F. (2016). The social structure of European inequality: A multidimensional perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 75-93.
- MAURITTI, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia On Line*, 19, 102-126.
- MAURITTI, R., Nunes, N., Botelho, M. C., & Craveiro, D. (2020). The left and right hands of the Portuguese state: Welfare retrenchment of public employment. *Portuguese Journal of Social Science*, 19(2-3), 237-257.
- MAURITTI, R., Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M.C., Nunes, N. & Silva, S.F. (2022). *Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MILANOVIC, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach For The Age Of Globalization*. Harvard University Press.
- NUNES, N. (2013). *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Mundos Sociais.
- OECD (2012). *Perspectives on Global Development 2012: Social cohesion in a shifting world*. OECD Publishing.
- OECD (2020). *Rural Well-being: Geography of opportunities*. OECD Rural Studies, OECD Publishing.
- PEREIRA, V. B. (2005). *Modalidades de Estilização de Vida na Cidade do Porto. Classes e culturas de classe das famílias portuenses*. Afrontamento.
- PIKETTY, T. (2022). *Uma Breve História da Igualdade*. Temas e Debates.
- PINTO, J.M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*. Afrontamento.
- PIRES, R. P. (2012). O problema da ordem. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 31-45.
- PIRES, R. P. (2014). Modelo teórico de análise sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 31-50.
- POULANTZAS, N. (1974). *Les Classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Seuil.

- PUCHER, J., Martinos, H., Pazos-Vidal, S., & Haider, J. (2019). *Research for REGI Committee – Cohesion Policy: European Parliament role since the Treaty of Lisbon*. European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies.
- PUTNAM, R. D. (2000). *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. Simon and Schuster.
- QUEIROZ, M. C. (2005). *Classes, Identidades e Transformações Sociais*. Campo das Letras.
- SAGE, D. (2013). Are more equal societies the most cohesive?. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 33(11/12), 640-657.
- SANTINHA, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. *EURE (Santiago)*, 40(119), 75-97.
- SCHIEFER, D., & van der Noll, J. (2017). The essentials of social cohesion: A literature review. *Social Indicators Research*, 132, 579-603.
- SILVA, M. C. (2009). *Classes Sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Húmus.
- SILVA, M.C. (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Afrontamento.
- SILVA, M.F., Sousa, C., & Albuquerque, H. (2022). Analytical model for the development strategy of a low-density territory: The Montesinho Natural Park. *Sustainability*, 14(4373), 1-18.
- SILVA, S. F., Botelho, M. C., Mauritti, R., Nunes, N., Cabrita, L., & Craveiro, D. (2022). Redução das desigualdades no âmbito da Agenda 2030 da ONU. *Sociologia On Line*, (29). Doi: 10.30553/sociologiaonline.2022.29.3
- SREA (2018). *Os Açores em Números 2016*. Serviço Regional de Estatísticas dos Açores/Região Autónoma dos Açores.
- THERBORN, G. (2013). *The Killing Fields of Inequality*. Polity Press.
- URRY, J. (2002). Mobility and proximity. *Sociology*, 36(2), 255-274.
- VASTA, A., Figueiredo, E., Valente S., Vihinen, H., & Nieto-Romero, M. (2019). Place-based policies for sustainability and rural development: the case of a Portuguese village “spun” in traditional linen. *Social Sciences*, 8(289), 1-17.
- VERGOLINI, L. (2011). Social cohesion in Europe: how the different dimensions of inequality affect social cohesion?. *International Journal of Comparative Sociology*, 52(3), 197-214.
- WEBER, M. (1978). *Economy and Society. An outline of interpretive sociology*. University of California Press.
- WHELAN, C.T., & Maitre, B. (2005). Economic vulnerability, multidimensional deprivation and social cohesion in an enlarged European community. *International Journal of Comparative Sociology*, 46(3), 215-239.
- WRIGHT, E. O. (1997). *Class Counts*. Cambridge University Press.